



CÂMARA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ: 00.990.667/0001-89

Rua José Resende, nº 26 – Centro - Entre Rios de Minas – MG

CEP: 35.490-000 – Fone: (31) 3751-1220

camara@entreriosdeminas.mg.leg.br

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

Parecer Nº 01

Projeto de Lei Ordinária nº 06/2018 – Dispõe sobre o regime de adiantamento para despesas de pronto pagamento, de conformidade com os artigos 68 e 69 da Lei nº 4.320/64, e dá outras providências.

Examinada a matéria esta Comissão vem relatá-la como legal e constitucional, visto que o projeto de lei regulamenta o regime de adiantamento para despesas consideradas de pronto pagamento, caracterizadas por despesas excepcionais, que sua natureza ou urgência, não possam subordinar-se ao processamento normal de aplicação, cujos adiantamentos, quando requisitados, serão feitos aos secretários municipais, para fazer face às pequenas despesas imprevistas no âmbito de cada secretaria Municipal.

Assim sendo opinamos pela tramitação do projeto ora apresentado, com o pedido de dispensa dos interstícios legais para que o mesmo seja discutido e votado nesta mesma sessão.

Sala das Sessões, em 01 de março de 2018.


Ronivon Alves de Souza
Presidente da Comissão


Karina Oliveira Vasconcelos
Relatora


Daniel Antônio Vieira
Membro

Aprovado em 1 e única Discussão
e Votação


Presidente

01 / 03 / 2018



CÂMARA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ: 00.990.667/0001-89

Rua José Resende, nº 26 – Centro - Entre Rios de Minas – MG

CEP: 35.490-000 – Fone: (31) 3751-1220

camara@entrieriosdeminas.mg.leg.br


COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE CONTAS.

Parecer Nº 02

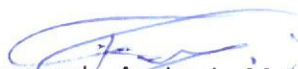
Projeto de Lei Ordinária nº 06/2018 – Dispõe sobre o regime de adiantamento para despesas de pronto pagamento, de conformidade com os artigos 68 e 69 da Lei nº 4.320/64, e dá outras providências.

Examinada a matéria esta Comissão vem relatá-la como legal e constitucional, visto que o projeto de lei regulamenta o regime de adiantamento para despesas consideradas de pronto pagamento, caracterizadas por despesas excepcionais, que sua natureza ou urgência, não possam subordinar-se ao processamento normal de aplicação, cujos adiantamentos, quando requisitados, serão feitos aos secretários municipais, para fazer face às pequenas despesas imprevistas no âmbito de cada secretaria Municipal.

Assim sendo opinamos pela tramitação do projeto ora apresentado, com o pedido de dispensa dos interstícios legais para que o mesmo seja discutido e votado nesta mesma sessão.




Antônio Teodoro Ferreira
Relator



Fernando Andrade Maia
Presidente da Comissão



Daniel Antônio Vieira
Membro

Aprovado em 1ª e única Discussão
e Votação

Presidente
01/03/2018